

CONHECER PARA PRESERVAR



**PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO**

EXECUÇÃO:

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
e Sustentabilidade – IABS

BENEFICIÁRIOS:

Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço
Parque Natural Municipal do Tabuleiro
Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro
Parque Estadual da Serra do Intendente
Instituto Estadual de Florestas — IEF
Governo do Estado de Minas Gerais

PARCERIA:

Projeto executado com recurso oriundo
de Medida Compensatória por meio
da Plataforma Semente

CONHECER **PARA PRESERVAR**

PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO

CLÁUDIA MARQUES GONÇALVES SIMEÃO
PATRÍCIA REIS PEREIRA



Brasília, 2018

ELABORAÇÃO DA CARTILHA

Cláudia Marques Gonçalves Simeão
Patrícia Reis Pereira

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Benito Drummond de Camargo Penayo Júnior
Bernardo Machado Gontijo
Cláudia Marques Gonçalves Simeão
Manuela Muzzi
Patrícia Reis Pereira
Raquel Cristine Muller
Renato de Oliveira Marques
Roberta Roxilene

ILUSTRAÇÕES

Rico Cartum

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Flávio Silva Ramos (Editora IABS)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Patrícia Oliveira

REVISÃO GRAMATICAL E ORTOGRÁFICA

Stela Máris Zica

Conhecer para preservar — Parque Estadual Serra do Intendente
e Parque Natural Municipal do Tabuleiro / Cláudia Marques Gonçalves
Simeão, Patrícia Reis Pereira. — Brasília : Editora IABS, 2018.

20 p. ; 21 cm

ISBN: 978-85-7203-035-9

1. Gestão de Unidades de Conservação. 2. Planejamento Estratégico.
3. Proteção de Recursos Naturais.

CDU: 502/504
574



APRESENTAÇÃO

Esta cartilha tem como objetivo trazer, de forma resumida e de fácil compreensão, o que envolve a criação, gestão e usos de uma Unidade de Conservação: neste caso, o Parque Estadual Serra do Intendente e o Parque Natural Municipal do Tabuleiro. Ela é parte do resultado do Projeto desenvolvido com o objetivo de construir o Planejamento Estratégico do Plano de Manejo das Unidades de Conservação em questão.



As Unidades de Conservação são espaços territoriais delimitados para proteger os recursos naturais (água, solo, subsolo, animais, plantas e o ar) e as comunidades. Entre os vários tipos de Unidades de Conservação existem os “Parques”, que são criados pela sua importância ecológica e beleza cênica especial. Portanto, para que os parques sejam preservados, não podem ser desenvolvidas atividades que estejam em desarmonia com o ambiente natural. Entre as atividades permitidas estão a recreação, turismo, educação ambiental e a realização de pesquisas científicas.



Com todas essas características, foram criados o **Parque Estadual Serra do Intendente (PESI)** e o **Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT)**, situados nos municípios de Conceição do Mato Dentro (a maior parte da área), Santana do Riacho e Congonhas do Norte, em Minas Gerais.



Em 1998, o **Decreto Municipal nº 158**, de Conceição do Mato Dentro, criou o Parque Municipal do Ribeirão do Campo, com uma área aproximada de 3.150 ha. Quinze anos após esse Decreto, uma Lei Municipal, em 2013, criou o Parque Natural Municipal do Tabuleiro, considerando a mesma área e limite do Parque Municipal do Ribeirão do Campo.

Em **27 de março de 2007**, o governo de Minas criou por meio de um Decreto Estadual sem número, o Parque Estadual Serra do Intendente, com uma área aproximada de 13.508 ha e englobando o Parque Natural Municipal do Tabuleiro.

O poder público é responsável por gerir os parques, e, no nosso caso, os órgãos gestores dos parques são o Instituto Estadual de Florestas e a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. Conforme a legislação vigente, as propriedades devem ser adquiridas pelo órgão gestor, ou seja, os proprietários devem ser desapropriados. Quando se tem proprietários que vivem no interior dos parques, até que se tenha a desapropriação, devem ser estabelecidos “Acordos” onde são previstas regras em que os proprietários e os parques devem cumpri-las para que possam contribuir para a conservação de um ambiente tão especial.



O PESI e o PNMT estão em área de transição entre dois biomas reconhecidos mundialmente por possuírem muitas espécies da fauna e da flora endêmicas (que só ocorrem nesses locais), ameaçadas de extinção e de grande importância para a conservação ambiental: o Cerrado e a Mata Atlântica. Você sabia que já foram identificadas várias espécies¹ nos parques, mas, com o incentivo à pesquisa, muitas ainda podem ser descobertas?

1. Os números apresentados são dados primários levantados no diagnóstico realizado pela Detzel (2016).



Considerando a importância dos parques e o seu papel para a sociedade, cada um deles possui uma missão que deve sempre subsidiar suas estratégias, seus planejamentos e sua gestão:

MISSÃO DOS PARQUES

PNMT

“Preservar e proteger a biodiversidade e suas belezas cênicas possibilitando a recreação e pesquisa científica para a manutenção do patrimônio”.

PESI

“Contribuir para a proteção e conservação do patrimônio natural, arqueológico e histórico-cultural da Serra do Intendente, promovendo a conscientização ambiental, integração com o entorno e apoio à pesquisa científica”.

Nos arredores dos parques, encontram-se comunidades tradicionais e quilombolas com grande riqueza histórica e cultural que fazem esta região ainda mais especial.



Toda essa região está inserida na **Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço**, patrimônio mundial reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Os parques e o entorno possuem características geomorfológicas e uma grande disponibilidade hídrica que fazem dessa região o “paraíso” para os amantes de cachoeiras e poços, caminhadas com diferentes níveis de dificuldade e a prática de diversas atividades esportivas, como travessias, *mountain bike*, *slackline*, canionismo, escalada em rocha, *base jump*, entre outras.



São muitos os atrativos que os tornam procurados por vários tipos de turistas. Entre as várias cachoeiras, temos a Cachoeira do Tabuleiro, maior de Minas Gerais, e a Cachoeira Rabo de Cavalo. Além destas, a região possui atributos históricos e culturais, como sítios arqueológicos, cavidades naturais, ruínas, picos, mirantes, comemorações históricas culturais, entre outros.

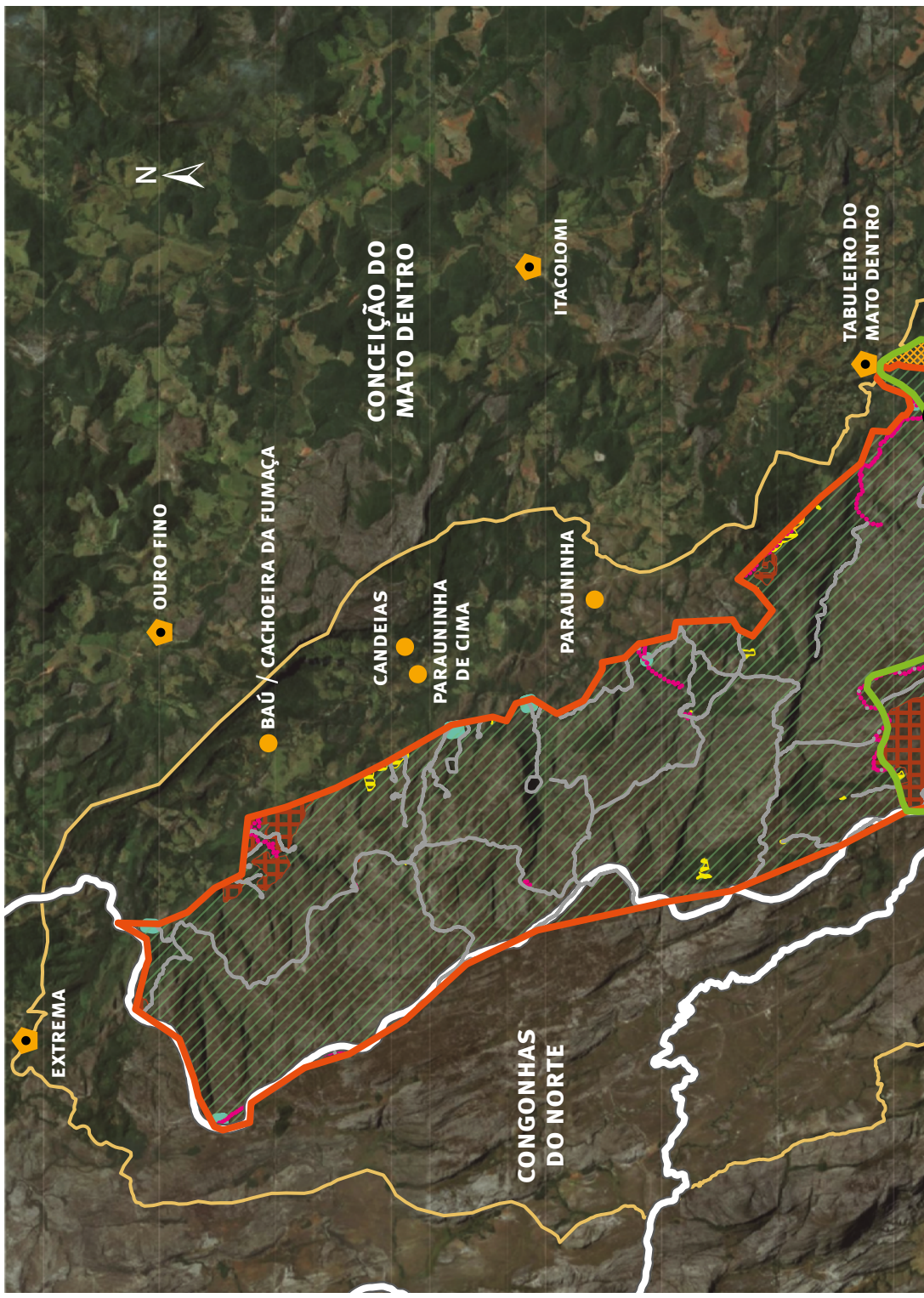
Muitas dessas atividades ainda estão em processo de regulamentação, para isso é fundamental o envolvimento das comunidades e dos parceiros com os gestores dos parques para que estas sejam realizadas da melhor forma possível, ou seja, proporcionando a conservação dos recursos naturais e a geração de renda para a comunidade.

Para distribuir os benefícios da atividade turística nas comunidades, é fundamental incrementar e diversificar a oferta turística no entorno dos parques, melhorar as oportunidades de negócios e aumentar a competitividade do destino. Espera-se que os parques

atuem como vetores de desenvolvimento regional e que as comunidades possam se beneficiar e se empoderar desse processo ao perceber o turismo como atividade econômica capaz de gerar trabalho, promover uma melhor distribuição de renda e a inclusão social.



Para isso, é importante que a comunidade se organize e trabalhe unida.



EXTREMA

OURO FINO

BAÚ / CACHOEIRA DA FUMAÇA

CANDEIAS

PARAUNINHA DE CIMA

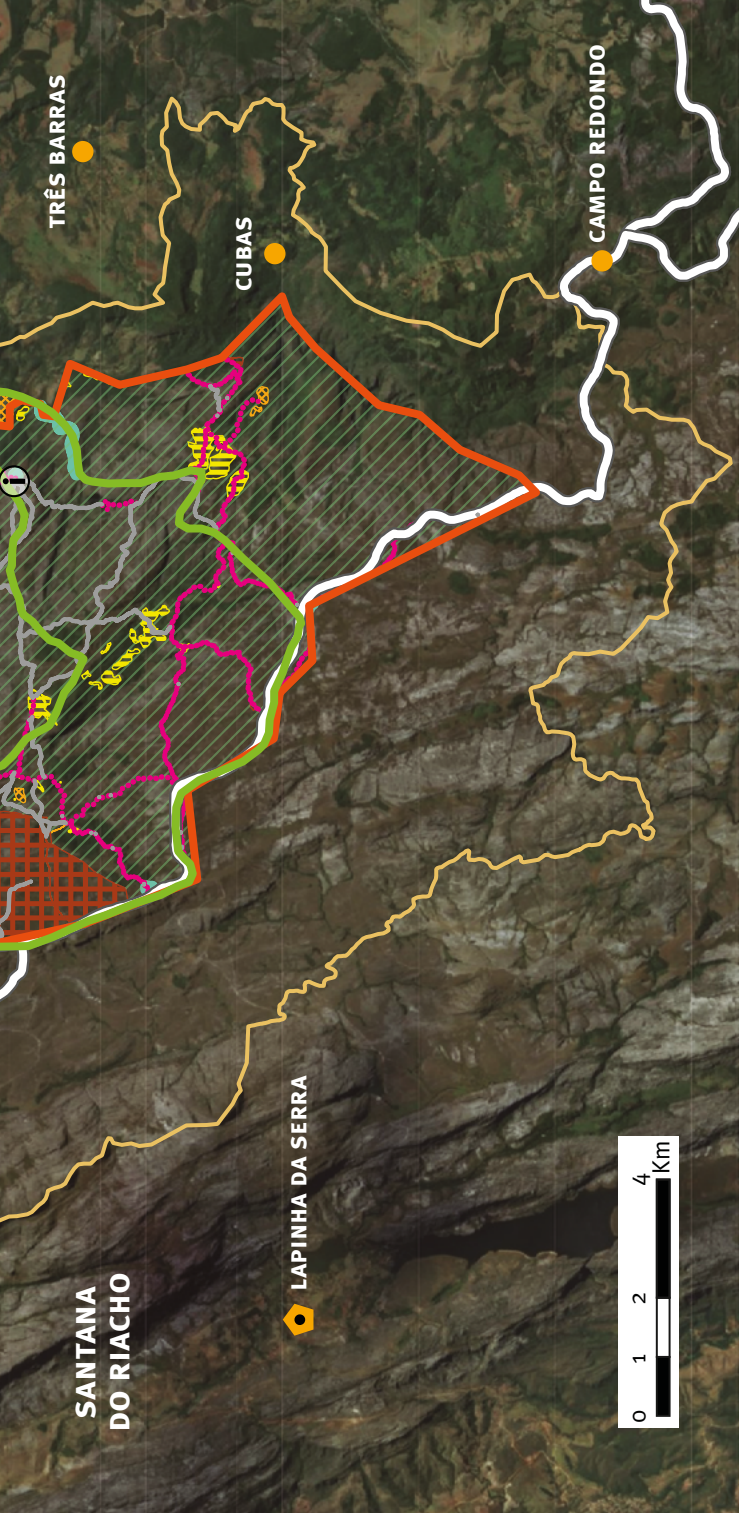
PARAUNINHA

ITACOLOMI

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

CONGONHAS DO NORTE

TABULEIRO DO MATO DENTRO



	LIMITE MUNICIPAL		PESI		ZONA DE USO ESPECIAL	COORDENADAS GEOGRÁFICAS
	LOCALIDADES		PNMT		ZONA DE USO CONFLITANTE	DATUM HORIZONTAL:
	DISTRITO		ZONA DE USO EXTENSIVO		ZONA DE AMORTECIMENTO	SIRGAS 2000
	POVOADO		ZONA DE USO INTENSIVO		ZONA DE RECUPERAÇÃO	FONTE:
	PORTARIA PNMT		ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA			PESI – IABS (Decreto s/n, 2007)
						LIMITE MUNICIPAL, LOCALIDADES: IBGE (2017)
						ELABORAÇÃO: Renato de Oliveira Marques GEOGRAFO – CREA-MG 103311/D



ZONEAMENTO

O Zoneamento é a divisão dos parques em áreas (zonas) que são estabelecidas com o objetivo de auxiliar no planejamento, na gestão e alcance dos melhores resultados nas atividades desempenhadas.

ZONA PRIMITIVA

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna e formações geológicas de grande valor científico e beleza cênica. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural, o fomento à pesquisa científica e educação ambiental, permitindo-se usos responsáveis e regulamentados de recreação.

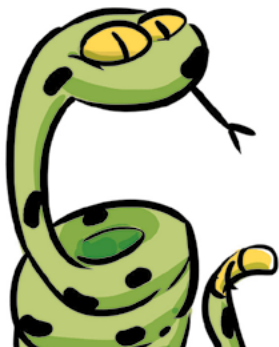
ZONA DE USO INTENSIVO

É aquela constituída por áreas naturais que podem possuir ou não áreas alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter infraestruturas de apoio para a recreação e educação ambiental. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

ZONA DE USO EXTENSIVO

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas, fazendo a transição entre a Zona Primitiva e a de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso aos públicos com facilidade para fins educativos, recreativos, de manejo e de uso pela comunidade local.





ZONA DE USO ESPECIAL

É aquela que contém as áreas e infraestruturas necessárias à administração, manutenção, pesquisa e aos serviços dos parques. Nessa zona, podem conter também estruturas para controle e monitoramento de visitantes. Essas áreas não devem conflitar com o caráter natural e vocacional das Unidades de Conservação. O objetivo geral é a gestão e manejo dos parques.

ZONA DE USO CONFLITANTE

Constituem-se espaços localizados dentro das Unidades de Conservação, cuja construção foi realizada após a criação dos parques, conflitando com os objetivos de conservação. Inclui-se também nesta zona, área do PNMT, não inserida no PESI, com a presença de diversas casas e moradores. Seu objetivo de manejo é trazer solução para a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre as Unidades de Conservação.

ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA

São áreas dentro dos parques onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso.

ZONA DE AMORTECIMENTO

Como o próprio nome diz, é uma área que deve amortecer os possíveis impactos que possam incidir sobre os parques. “O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (Lei nº 9.985/2000, Art. 2, inciso XVII).

ZONA DE RECUPERAÇÃO

São áreas degradadas e/ou alteradas que uma vez restauradas serão incorporadas novamente a uma das zonas permanentes. O objetivo geral do manejo é deter a degradação dos recursos naturais ou restaurar a área. Esta Zona permite uso público somente para a educação e pesquisa científica.

PROGRAMAS DE MANEJO

1

PROGRAMA DE PESQUISA, PROTEÇÃO E MANEJO ECOLÓGICO

Este programa visa conservar a flora, a fauna, a identidade local, os recursos hídricos e a integridade dos solos, assim como propor a melhoria da qualidade socioambiental dos parques e do seu entorno.

2

PROGRAMA DE USO PÚBLICO

Este programa tem como objetivo apontar as diretrizes e estratégias necessárias para a gestão da visitação, dos atrativos, da infraestrutura utilizada, dos equipamentos e serviços turísticos existentes e apontar propostas e recomendações de intervenções que venham contribuir para a gestão eficiente e eficaz das UCs.

3

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este programa vem como uma estratégia transformadora das ações de incentivo ao turismo e à conservação ambiental, possibilitando que as comunidades, turistas e demais visitantes conheçam as necessidades e potencialidades das UCs enquanto espaços singulares para a conservação da biodiversidade, recarga e abastecimento hídrico e bem-estar social.

4

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COM O ENTORNO

Integrar as comunidades do entorno e do interior das UCs é iniciativa primordial para que corresponsabilizem pela integridade e uso sustentável dos recursos naturais. Partindo dessa premissa, este programa traz sugestões para alavancar o turismo sustentável do entorno repercutindo ações de boas práticas aos moradores e visitantes da região.

5

PROGRAMA DE QUALIDADE DE GESTÃO

Este programa aborda as orientações para a gestão dos parques, com o objetivo de que esta seja realizada de forma participativa, integrada e adaptativa, buscando a qualidade e eficiência de suas ações.

6

PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO

Este programa tem como objetivo indicar possíveis fluxos e rotinas a serem desenvolvidas pela gestão dos parques com as equipes.

SUBPROGRAMAS

Prevenção de incêndios florestais

Supressão de incêndios severos

Uso (e manejo) do fogo

Proteção, monitoramento e recuperação das nascentes e demais corpos hídricos

Contenção de processos erosivos

Monitoramento e controle de invasão de espécies vegetais exóticas

Identificação, monitoramento e proteção das espécies-chaves e bioindicadoras

Incentivo às pesquisas prioritárias para as UCs

Levantamento, caracterização e monitoramento do patrimônio espeleológico e arqueológico

Visitação pública

Educação Ambiental

Incentivo à Agricultura Familiar a partir do PESI e do PNMT

Desenvolvimento de roteiro turístico integrado

Desenvolvimento de rede de travessias conectando comunidades e parques

Promoção de alternativas de desenvolvimento sustentável no entorno

Comunicação com o entorno

Estruturação da Gestão Compartilhada

Gestão Adaptativa e Participativa

Monitoramento da Efetividade de Manejo e Avaliação do Desempenho

Administração e Operacionalização

EXECUÇÃO:



IABS

BENEFICIÁRIOS:



PARCERIA:

